

## SENHORES ACIONISTAS,

Saraiva Livreiros S.A. – em Recuperação Judicial (“Companhia” ou “Saraiva”) (B3: SLED3 e SLED4), controladora de Saraiva e Siciliano S.A. – em Recuperação Judicial (“Varejo”), uma das maiores redes varejistas de conteúdo com foco em educação e cultura, anuncia seus resultados financeiros para o primeiro trimestre (1T21).

As informações contábeis contidas neste documento referem-se ao primeiro trimestre (1T21) comparadas aos mesmos períodos do ano anterior, exceto quando indicado de outra forma.

As informações contábeis Individuais e Consolidadas foram preparadas de acordo com as Normas Internacionais de Relatório Financeiro (“*International Financial Reporting Standards – IFRS*”) e práticas contábeis adotadas no Brasil.

Toda e qualquer informação não contábil ou derivada de números não contábeis não foram revisadas pelos auditores independentes.

## Mensagem da Administração

---

Durante os últimos 15 anos a Companhia passou por diversos processos de transformação. Desde a aquisição da Siciliano S.A., em 2008 pelo Varejo, a Saraiva investiu no fortalecimento de sua marca e crescimento de sua operação, ampliando seu número de lojas, a atuação de seu canal de e-commerce, e a gama de produtos oferecidos, sempre com foco em nosso cliente, que sempre foi fiel à marca.

A crise econômica iniciada em 2015 foi um dos mais desafiadores períodos da história recente do País no campo econômico com repercussão significativa nas operações da Companhia. A Companhia adotou, nos últimos anos, várias iniciativas para reverter os efeitos negativos causados pela crise econômica: no final de 2015, concluiu a venda do seu segmento editorial e, com a persistência do cenário de crise econômica nos anos seguintes, implementou um robusto projeto de transformação para o Varejo, conquistando, no início de 2018, crescimento das vendas brutas e *Market Share* nas categorias de Livros, Games, e no segmento de Volta as Aulas. Outras medidas emergenciais foram realizadas no início de nov/ 2018, na construção de um plano de reestruturação visando tornar a operação enxuta, dinâmica e voltada para a obtenção de rentabilidade operacional e fortalecimento do caixa.

No entanto, os impactos causados pela crise econômica, associados aos efeitos dos acontecimentos no tempo, tais como o aumento do preço médio dos livros abaixo do esperado, o encolhimento de alguns segmentos de produtos que tinham representatividade relevante no faturamento; as dificuldades enfrentadas para a realização de créditos tributários; a dificuldade de contratação de novas linhas de crédito; e a importante queda de faturamento gerada por problemas originados na implementação do novo sistema de gestão, comprometeram a obtenção dos resultados almejados, o que abalou a perspectiva da Companhia de honrar com as suas obrigações de curto prazo.

Em decorrência do agravamento dessa situação, julgamos que a apresentação do pedido de recuperação judicial, em nov/2018, era a medida mais adequada no contexto da crise no mercado editorial, reflexo do cenário econômico do País. O objetivo da operação foi proteger o caixa, fazendo com que a Companhia retomasse sua estabilidade e, posteriormente, seu crescimento econômico, bem como garantir e preservar a continuidade de sua operação.

Com o deferimento do pedido de recuperação judicial a Companhia intensificou as negociações com seus principais credores tendo como objetivo estabelecer condições comerciais e modelos de pagamento que pudessem viabilizar os interesses comuns, visando, principalmente, o êxito na aprovação do plano de recuperação judicial, além de implementar diversas ações para garantir a sustentação dos negócios. Continuamos obtendo importantes avanços em relação aos períodos anteriores por meio de iniciativas como:

**Readequação do mix de produtos:** descontinuamos as categorias que possuíam menor rentabilidade e maior demanda de capital de giro. Esta revisão de categorias nos possibilitou, ainda, uma redução adicional do quadro de funcionários da Companhia, além do encerramento de 2 Centros de Distribuição.

**Redução de Despesas Operacionais:** renegociação e revisão de nossos principais contratos com fornecedores de serviços, redução de escopo com priorização de alternativas com maior custo/benefício, e revisões e otimizações na malha logística, adequando nosso sistema de abastecimento ao novo mix de produtos. Em nossa Sede Social, reduzimos o custo por meio do adensamento dos andares ocupados.

**Reestruturação do Parque de Lojas:** priorização de unidades de maior rentabilidade com EBITDA maior que 5,0%, encerrando lojas com baixa perspectiva de geração de valor e que não se adequam ao novo mix de produtos da Companhia. No período, evoluímos na negociação com Shoppings, onde, por meio de parcerias, podemos otimizar o espaço das unidades e aumentar a rentabilidade sem a necessidade de grandes investimentos.

**Migração da Plataforma de e-commerce:** Visando mitigar as inconsistências do e-commerce, iniciamos, em abr/19, a implementação de uma nova plataforma, com sistema mais leve, ágil e estável do que o utilizado anteriormente, o que contribui para melhora na performance e aumento da taxa de conversão do site.

**Abastecimento de Produtos:** Após o ajuizamento da Recuperação Judicial a Companhia, com apoio e parceria de nossos fornecedores, iniciou um processo extensivo para a normalização do abastecimento de produtos de todas as categorias, com foco maior em Livraria, nossa principal linha de atuação.

No entanto, mesmo cumprindo os pagamentos à fornecedores e bancos determinados pelo Plano de Recuperação Judicial, todas as medidas adotadas pela Companhia ainda não foram suficientes para concretizar as perspectivas de crescimento e geração de caixa, fazendo com que os resultados projetados para os próximos anos ficassem abaixo das expectativas inseridas na projeção do Plano de Recuperação aprovado.

Diante deste cenário, e dos impactos trazidos pelo Coronavírus (COVID-19) que nos obrigaram a fechar temporariamente 100% de nossas lojas físicas em mar/20 reduzindo drasticamente nosso faturamento, como medida imediata de preservar o caixa, a Companhia apresentou solicitação, deferida pelo juiz do processo de Recuperação Judicial, para apresentação de um Plano Aditivo aderente a nova realidade da economia do País, de modo a prevenir-se dos impactos trazidos pela pandemia e preservar sua atividade operacional.

O primeiro aditivo ao Plano de Recuperação Judicial (Plano Aditivo), submetido ao juiz da Recuperação Judicial em 03 de julho de 2020, foi aprovado em Assembleia Geral de Credores realizada em 26 de fevereiro de 2021 e homologado em 5 de março de 2021. O Plano Aditivo tem como objetivo viabilizar o pagamento aos credores e o sucesso do processo de recuperação judicial, além de garantir a manutenção da fonte produtora, o emprego de seus colaboradores, o cumprimento da função social das atividades e o estímulo à atividade econômica no País. Como alternativa para viabilizar a liquidação de parte substancial do passivo, o aditivo prevê três medidas principais: i) a reestruturação do passivo; b) a preservação de investimentos considerados essenciais para a continuidade operacional; e iii) a alienação de Grupos de Unidades Produtivas Isoladas – UPI's, quais sejam, operações de lojas – UPI Lojas; operação de e-commerce – UPI Site; e operações de Lojas e Site – UPI Mista, de acordo com os termos estabelecidos no referido Plano. As alternativas trazem um meio de geração de fluxo de caixa para a manutenção das atividades da Companhia e o pagamento dos Credores, Credores Extraconcursais e Credores Pós-Concursais.

Em paralelo, a Companhia continua a implementação do Plano de Ação para reestruturação das operações e recuperação dos resultados econômicos necessários à perenidade dos negócios da Companhia. Tal plano foi aprovado pelo Conselho de Administração em reuniões realizadas em fevereiro e março de 2020 e baseado nos seguintes projetos:

**Nova gestão de abastecimento:** Modelo descentralizado de abastecimento, por meio do envolvimento dos fornecedores e com redução de custos de logística;

**Full-Ecommerce:** Foco nas ações de marketing e análise de rentabilidade com equipe especializada em e-commerce, privilegiando operações de vendas com volumes menores e maiores margens;

**Otimização Back-Office:** Nova solução de sistemas, processos e equipes com maior eficiência para redução de custos fixos e despesas administrativas;

**Reestruturação do parque de lojas:** Encerramento de operações de lojas com baixa rentabilidade e onde não foram exitosas as negociações com as administradoras de shoppings, com o aproveitamento do estoque dessas unidades e a consequente redução no custo de aquisição de mercadorias para os próximos períodos. No ano de 2020 a Companhia encerrou 34 unidades de baixa perspectiva de geração de valor.

As mudanças mencionadas acima, aprovadas pelo Conselho de Administração, contribuirão para que a Companhia seja mais enxuta sem impactar negativamente a operação. Entre os principais impactos do novo plano de ação, podemos citar:

**Rentabilidade:** Aumento da Margem Bruta, principalmente no canal de e-commerce, em detrimento da Receita Bruta, elevando os ganhos absolutos no Lucro Bruto e contribuindo para o aumento da rentabilidade da Companhia.

**Despesas de Pessoal:** Com uma operação reduzida em termos de faturamento conseqüentemente houve redução expressiva nas despesas de Pessoal da Companhia.

**Despesas de Ocupação:** Em relação às Lojas Físicas, renegociações com as administradoras de shoppings visando aumentar a rentabilidade das unidades. No escritório central a revisão e otimização do espaço com a devolução de alguns andares permitiu redução dos custos de ocupação a partir de mai/20

**Desativação das operações do Centro de Distribuição:** Em ago/20, a Companhia migrou sua operação de e-commerce para o modelo de full-commerce, em que todas as atividades do canal são realizadas diretamente por um parceiro comercial. Apesar de ocasionar um impacto inicial negativo nas vendas de set/20, a migração contribuirá para uma operação mais rentável e ágil no futuro.

**Contratos com fornecedores não produtivos:** Avaliamos exaustivamente todos os contratos vigentes com fornecedores não produtivos, permanecendo e renegociando apenas aqueles essenciais às atividades de negócio da Companhia.

**Monetização de Créditos Tributários:** Temos a perspectiva de monetização de créditos tributários entre o segundo e terceiro trimestres de 2021. Em 17 de março de 2021, fomos formalmente notificados pela Diretoria da Administração Tributária do Estado de São Paulo sobre o deferimento do crédito acumulado de ICMS no montante de R\$65 milhões, que serão monetizados pelos meios legais previstos no Regulamento do ICMS – RICMS SP.

Continuamos mobilizados para efetivar os ajustes necessários para garantir a continuidade operacional. As medidas tomadas, aliadas à aprovação do Plano de Recuperação Judicial, que estabelece medidas de eficiência para a equalização e liquidação do passivo das empresas, tais como a reestruturação do passivo e a preservação de investimentos considerados essenciais à continuidade operacional, e alterações na estrutura de Governança Corporativa, comprovam a capacidade de geração de caixa e, por consequência, da viabilidade futura da Companhia.

O exame das demonstrações contábeis realizados pela auditoria, não identificou deficiências de controles internos. A constatação da existência de controles internos sem falhas ou deficiências relevantes e a certificação do seu nível de segurança são fundamentais para a recuperação estruturada da Companhia.

A Administração, ciente da relevância dos desafios está empenhada para a realização do Novo Plano de Ação, que visa a manutenção da atividade operacional, o cumprimento do Plano de Recuperação Judicial e a conseqüente continuidade operacional e sustentabilidade do negócio.

Existe um desafio grande de mercado, mas confiamos plenamente na recuperação do mercado de livros no Brasil e na Nova Saraiva que está sendo construída. Sabemos que será um processo intenso, na busca de um futuro promissor para a empresa e seus *stakeholders*, e contamos com o total apoio e envolvimento de todos nossos colaboradores.

# Impacto Coronavírus - COVID-19

---

A Administração acompanha atentamente a todos os impactos do Coronavírus (COVID-19) na operação da Companhia, por meio de um Comitê interno específico, além de discutir periodicamente com o Conselho de Administração, sobre as medidas necessárias e os impactos na operação.

Neste cenário, o plano de contingência é focado em cinco pilares principais: (i) adotar medidas preventivas, (ii) estimular e intensificar as vendas pelo e-commerce, que não foram paralisadas e honram todos seus compromissos com seus clientes; (iii) estruturar planos de ação e contingência; (iv) monitorar a evolução diária dos casos de infecção pelo Coronavírus e as recomendações dos órgãos governamentais e associações de varejo; (v) utilizar as medidas disponíveis para redução do impacto no Caixa da Companhia. A partir disso, podemos destacar:

**Lojas físicas:** Devido à rápida evolução dos casos de COVID-19, e de grande parte das lojas estarem localizadas em shoppings e/ou nos estados de São Paulo e Rio de Janeiro, em 23 de março de 2020 todas as nossas unidades foram fechadas. No início de agosto de 2020 contávamos com 48 unidades reabertas, mas grande parte com horário de atendimento reduzido. Entre fevereiro e abril de 2021, em decorrência de um novo avanço dos casos de COVID-19, dois terços das lojas da rede permaneceram fechadas e as demais, seguindo estritamente as normas de prevenção e segurança para redução de riscos de contaminação de clientes e colaboradores e de acordo com horários estabelecidos pelas autoridades estaduais e municipais. A manutenção das atuais medidas de restrição, deverão trazer novos impactos que ainda serão dimensionados pela Administração.

**E-commerce:** Continua operando normalmente e honrando o compromisso com nossos clientes. Além disso, foram realizadas ações promocionais para elevar o fluxo do canal.

**Colaboradores:** atuamos preventivamente para conscientização de todos os nossos colaboradores. Com o fechamento das lojas, todos os colaboradores foram liberados nas unidades. No escritório central restringimos o número de colaboradores ao mínimo indispensável à manutenção das atividades operacionais e adotamos o regime de trabalho remoto (*home office*), além da suspensão de viagens e reuniões presenciais e uma orientação extensiva aos funcionários por meio da disseminação de boas práticas contra o vírus e apoio à legislação trabalhista em vigor.

**Geração de Receitas:** Realizamos ações promocionais e de marketing e direcionamos as vendas físicas para o canal online.

**Caixa:** Diante do cenário atual, com nossas fontes de receitas fortemente impactadas, visando a manutenção e perenidade da operação, a Companhia adotou iniciativas para manutenção do caixa:

- **Revisão de contratos com fornecedores;**
- **Renegociação** de todos os **custos de ocupação** da Companhia;
- **Suspensão, renegociação** e, conseqüentemente, **reparcelamento** de **pagamentos** vencidos e a vencer;
- **Redução da Jornada de Trabalho** dos colaboradores do escritório central e de gerentes regionais de lojas físicas, pelo período previsto na legislação;
- **Suspensão do Contrato de Trabalho** dos colaboradores de lojas, durante o fechamento das unidades em função da pandemia;
- **Suspensão**, conforme permitido pelo Governo Federal, do **pagamento de FGTS** aos nossos colaboradores, pelo período previsto na legislação;
- **Revisão diária** das **projeções de vendas e despesas** para os próximos meses, visando proteção de impactos inesperados de Caixa.

Entendemos que o cenário no País se altera de modo acelerado e estamos nos adaptando rapidamente ao cenário ideal em meio à crise. Reiteramos nossa disposição para dispensar toda a atenção necessária à situação da Companhia e de nossos *stakeholders*, incluindo todos os riscos decorrentes da pandemia que poderiam resultar em perdas ou mudanças nas estimativas sobre os negócios.

## IMPACTOS NÃO RECORRENTES

Durante o primeiro trimestre de 2021 a Administração revisou as estimativas relacionadas a perda de valor recuperável dos ativos e provisões para riscos tributários cíveis e trabalhistas, entre outros ajustes realizados na operação, visando o aumento de rentabilidade, a seguir apresentados:

- Estoques: Provisão de obsoletos/truncados de R\$ 6,5 milhões com impacto negativo no CMV.
- Contingências cíveis, trabalhistas e tributárias: R\$ 2,9 milhões positivo nas Despesas.
- Outros impactos: R\$ 4,9 milhões positivo nas Despesas.

Dessa maneira, para que possa ser realizada uma análise mais fidedigna da operação da Companhia, todos os resultados reportados neste Relatório da Administração consideram os números recorrentes do 1T21, 1T21 e 4T20, expurgando os efeitos citados acima. Segue na tabela abaixo a reconciliação dos resultados:

Reconciliação - 1T21 (R\$ MM)	1T21 Contábil	CPC 06 (R2) IFRS 16	Impactos Não-Recorrentes	1T21 Ajustado
<b>Receita Bruta</b>	<b>24.108</b>		-	<b>24.108</b>
Impostos	(707)		-	(707)
<b>Receita Líquida</b>	<b>23.401</b>	-	-	<b>23.401</b>
CMV	(19.884)		6.450	(13.434)
<b>Lucro Bruto</b>	<b>3.517</b>	-	<b>6.450</b>	<b>9.967</b>
<i>Margem Bruta (%)</i>	<i>15,0%</i>			<i>42,6%</i>
<b>Despesas Operacionais</b>	<b>(11.097)</b>	<b>(7.035)</b>	<b>(8.169)</b>	<b>(26.300)</b>
<b>EBITDA</b>	<b>(7.580)</b>	<b>(7.035)</b>	<b>(1.719)</b>	<b>(16.334)</b>
<i>Margem EBITDA (%)</i>	<i>-32,3%</i>			<i>-69,8%</i>
<b>Outras Receitas/Despesas Operacionais</b>	<b>(12.905)</b>	<b>7.035</b>	-	<b>(5.870)</b>
Resultado Financeiro Líquido	(7.975)	2.461		(5.514)
Depreciação e Amortiz.	(4.930)	4.573		(357)
<b>Lucro/Prejuízo antes do IR</b>	<b>(20.485)</b>	-	<b>(1.719)</b>	<b>(22.204)</b>
Imposto de Renda e Contribuição Social	-	-	-	-
<b>Lucro/Prejuízo antes da part. Minoritária</b>	<b>(20.485)</b>	-	<b>(1.719)</b>	<b>(22.204)</b>
Participação minoritária	2			2
<b>Lucro (Prejuízo) Líquido Ajustado antes das Op. Descontinuadas</b>	<b>(20.483)</b>	-	<b>(1.719)</b>	<b>(22.202)</b>
Res. Liq. das Op. Descontinuadas (Liq. impostos)	1.862			1.862
<b>Lucro (Prejuízo) Líquido</b>	<b>(18.621)</b>	-	<b>(1.719)</b>	<b>(20.340)</b>
<i>Margem Líquida (%)</i>	<i>-79,6%</i>			<i>-86,9%</i>

## DESTAQUES

---

- Aumento de 5,5 p.p na Margem Bruta do 1T21 em comparação com o 1T20.
- Redução de 66,1% na Despesa Operacional recorrente do 1T21 em comparação com o 1T20.
- Melhora de R\$ 10,5 milhões no EBITDA ajustado do 1T21 em comparação com o 1T20.
- Em Assembleia Geral de Credores realizada em 26 de fevereiro de 2021 foi aprovado o Plano Aditivo, homologado em 5 de março de 2021, pela 2ª Vara de Falências e Recuperações Judiciais do Foro Central da Comarca de São Paulo
- Em 17 de março de 2021, fomos formalmente notificados pela Diretoria da Administração Tributária do Estado de São Paulo sobre o deferimento do crédito acumulado de ICMS no montante de R\$65 milhões.

## EVENTOS SUBSEQUENTES

---

- Em 05 de abril de 2021, foi publicado no Diário da Justiça Eletrônico, o edital de oferta pública, por meio de certame judicial virtual mediante apresentação de propostas fechadas, para alienação de unidades produtivas isoladas (“UPIs”), expedido nos autos da Recuperação Judicial da Companhia e de sua controlada, conforme previsto no Aditamento ao Plano de Recuperação Judicial. Contudo não houve compradores habilitados e, sequencialmente em 27 de abril de 2021 foi publicado no Diário da Justiça Eletrônico um segundo edital de oferta pública com um novo prazo para habilitação, porém não houve inscritos.
- Em 13 de maio de 2021, o Supremo Tribunal Federal – STF julgou os embargos de declaração apresentados pela Procuradoria da Fazenda Nacional estabelecendo a modulação dos efeitos da decisão do RE 574.706/PR. Por maioria de votos concluiu-se pela exclusão do ICMS destacado nas notas fiscais da base de cálculo das contribuições PIS/COFINS aplicável de forma retroativa para os contribuintes que ajuizaram ações até 15 de março de 2017, como é o caso da controlada. A Administração da controlada avalia os impactos e a revisão das estimativas de valor e de realização dos créditos, originalmente registrados considerando o ICMS efetivamente recolhido (Solução COSIT 13/18), de acordo com a decisão do STF de 13/5/2021 para as quatro ações ajuizadas em 2006 e 2010 e que tiveram trânsito em julgado entre dezembro de 2018 e setembro de 2020.

# PRINCIPAIS INDICADORES

Tabela 1. (R\$ mil, exceto quando indicado)

Consolidado - Ajustado <sup>1</sup>	1T21	1T20	T/T	4T20	T/T
<b>Receita Bruta (Lojas + E-commerce)<sup>2</sup></b>	24.108	141.265	-82,9%	40.740	-40,8%
Lojas Físicas	16.872	98.707	-82,9%	33.651	-49,9%
E-commerce	7.236	42.558	-83,0%	7.089	2,1%
<b>Receita Líquida (Lojas + E-commerce)</b>	23.401	136.682	-82,9%	40.274	-41,9%
Lojas Físicas	16.256	95.136	-82,9%	33.160	-51,0%
E-commerce	7.145	41.546	-82,8%	7.114	0,4%
<b>Lucro Bruto</b>	9.967	50.757	-80,4%	18.252	-45,4%
Margem Bruta (%)	42,6%	37,1%	5,5 p.p.	45,3%	-2,7 p.p.
Despesas Operacionais Recorrentes <sup>1</sup>	(26.300)	(77.634)	-66,1%	(34.663)	-24,1%
<b>EBITDA Ajustado<sup>1</sup></b>	(16.334)	(26.877)	-39,2%	(16.411)	-0,5%
Margem EBITDA Ajustada (%) <sup>1</sup>	-69,8%	-19,7%	-50,1 p.p.	-40,7%	-29,1 p.p.
<b>Lucro (Prejuízo) Líquido Ajustado antes das Op. Descontinuadas<sup>1</sup></b>	(22.202)	(41.295)	-46,2%	(14.796)	50,1%
Margem Líquida Ajustada antes das Op. Descontinuadas (%) <sup>1</sup>	-94,9%	-30,2%	-64,7 p.p.	-36,7%	-58,1 p.p.
Res. Liq. das Op. Descontinuadas (Liq. impostos)	1.862	329	466,0%	(2.352)	-
<b>Lucro (Prejuízo) Líquido Ajustado<sup>1</sup></b>	(20.340)	(40.966)	-50,3%	(17.148)	18,6%
Margem Líquida Ajustada (%) <sup>1</sup>	-86,9%	-30,0%	-56,9 p.p.	-42,6%	-44,3 p.p.
Crescimento Lojas (SSS)	-65,3%	-19,0%	-46,3 p.p.	-50,1%	-15,2 p.p.
Crescimento E-commerce <sup>2</sup>	-83,0%	-48,0%	-35,0 p.p.	-83,0%	0,0 p.p.
Quantidade de Lojas - Final do Período	38	73	-47,9%	39	-2,6%
Área de Vendas - Final do Período (m <sup>2</sup> )	21.041	44.071	-52,3%	21.825	-3,6%

Nota: 1. Ajustado expurgando o efeito de itens não recorrentes conforme citado anteriormente no relatório.

## RESULTADOS

---

**RECEITA** – No 1T21 a receita bruta alcançou R\$ 24,1 milhões, queda de 82,9% quando comparada com o 1T20. A receita líquida seguiu a mesma tendência no trimestre, apresentando redução de 82,9%. Cabe destacar que a redução observada é, principalmente, em função do agravamento da pandemia do Coronavírus (COVID-19), que ainda impacta fortemente a operação de lojas da Companhia.

**RECEITA LOJAS FÍSICAS** – A receita bruta de lojas físicas no 1T21, atingiu R\$ 16,9 milhões, o que representa queda de 82,9% quando comparadas ao mesmo período do ano anterior. Em termos de lojas comparáveis apresentamos um declínio de 65,3% no mesmo período. A receita líquida, seguindo a mesma linha, apresentou redução de 82,9%.

**RECEITA E-COMMERCE** – No 1T21 as vendas brutas do site Saraiva.com apresentaram declínio de 83,0% em relação ao ano anterior, enquanto as vendas líquidas reduziram em 82,8%. A Saraiva continua com a estratégia de rentabilidade, por meio de um faturamento menor no canal, porém com maior margem bruta e menores despesas variáveis, gerando um ganho adicional na margem de contribuição para os próximos períodos.

**RESULTADO BRUTO** – Como reflexo da estratégia de priorização de rentabilidade da Companhia, o lucro bruto ajustado apresentou um ganho de 5,5 p.p. na margem bruta, que passou de 37,1% no 1T20 para 42,6%. Além da estratégia de priorização da rentabilidade no canal online, continuaremos focando em nosso negócio de livros, que possuem margens superiores às outras categorias que foram descontinuadas.

**DESPESAS OPERACIONAIS** – A linha de despesas operacionais recorrentes, incluindo o efeito do IFRS-16 nas linhas de Despesas, totalizou R\$ 26,3 milhões no 1T21, apresentando forte redução de 66,1% no trimestre, como reflexo das iniciativas realizadas ao longo dos últimos períodos, e da redução em despesas variáveis em função do menor nível de vendas. Cabe destacar que continuamos focados na racionalização de gastos para a melhora dos resultados, e já estamos colhendo os frutos das medidas tomadas. Continuamos fazendo ajustes recorrentemente em nossa estrutura visando sempre melhorias de desempenho e produtividade, o que solidifica as bases para recuperação da Companhia.

**EBITDA** – O EBITDA recorrente, com a inclusão do efeito do IFRS-16 nas linhas de Despesas, e impactado pelos efeitos da pandemia, onde a receita foi fortemente reduzida, totalizou R\$ 16,3 milhões negativos no 1T21, apresentando um ganho de R\$ 10,5 milhões em relação ao 1T20.

**Tabela 2. EBITDA (R\$ mil, exceto quando indicado)**

<b>EBITDA</b>	<b>1T21</b>	<b>1T20</b>	<b>T/T</b>	<b>4T20</b>	<b>T/T</b>
<b>Lucro (Prejuízo) Líquido</b>	<b>(20.340)</b>	<b>(40.966)</b>	<b>-50,3%</b>	<b>(17.148)</b>	<b>18,6%</b>
(+) Resultado Financeiro Líquido	5.514	5.290	4,2%	4.225	30,5%
(+) IR & CS	-	4.200	-100,0%	(5.546)	-100,0%
(+) Depreciação e Amortiz.	357	4.931	-92,8%	(278)	-
(+) Res. Liq. das Op. Descontinuadas/Outros	(1.864)	(333)	459,8%	2.337	-
<b>EBITDA</b>	<b>(16.334)</b>	<b>(26.877)</b>	<b>-39,2%</b>	<b>(16.411)</b>	<b>-0,5%</b>
<i>Margem EBITDA (%)</i>	<i>-69,8%</i>	<i>-19,7%</i>	<i>-50,1 p.p.</i>	<i>-40,7%</i>	<i>-29,1 p.p.</i>

Nota: 1. Ajustado expurgando o efeito de itens não recorrentes conforme citado anteriormente no relatório

**CAPITAL DE GIRO\*** – O prazo médio de recebimento passou de 22 dias no 1T20 para 23 dias no 1T21. O prazo médio de cobertura de estoques aumentou em 95 dias, passando de 92 dias no 1T20 para 192 dias no 1T21.

\* para o cálculo dos dias do ciclo operacional utilizamos a média dos últimos 12 meses

**RECEITA (DESPESA) FINANCEIRA LÍQUIDA** – O resultado financeiro líquido ajustado, excluindo o impacto da alteração contábil em virtude do CPC 06 (R2) - IFRS 16, foi uma despesa de R\$ 5,5 milhão no primeiro trimestre de 2020, representando uma redução de 4,2% em comparação ao mesmo período do ano anterior.

**LUCRO LÍQUIDO (PREJUÍZO) DO PERÍODO** – O prejuízo líquido ajustado da Companhia, antes do resultado líquido de operações descontinuadas, foi de R\$ 20,3 milhões no 1T21.

**INVESTIMENTOS (CAPEX)** – Não houve investimento no período.

**LIQUIDEZ** – Em 31 de março de 2021, o saldo total de Caixa Disponível, Caixa Bloqueado e Recebíveis de Cartão de Crédito era de R\$ 17,6 milhões, contra R\$ 22,1 milhões em 31 de março de 2020, em virtude, principalmente, das menores vendas realizadas no período, além do impacto de categorias descontinuadas e de despesas extraordinárias de reestruturação.

A tabela a seguir apresenta a dívida líquida consolidada (excluindo o saldo de Credores relativo ao processo de recuperação judicial) da Saraiva em 31 de março de 2021, que somava R\$ 150,2 milhões, contra R\$ 134,4 milhões em 31 de dezembro de 2020, e R\$ 140,1 milhões em 31 de março de 2020. Se considerarmos os recebíveis do cartão de crédito, encerramos o 1T21 com uma dívida líquida de R\$ 148,9 milhões contra R\$ 130,7 milhões no 4T20, e R\$ 134,8 milhões no 1T20.

**Tabela 3. Evolução dos principais indicadores de endividamento CONSOLIDADO monitorados pela Companhia (R\$ mil)**

<b>Consolidado – Ajustado<sup>1</sup></b>	<b>1T21</b>	<b>1T20</b>	<b>T/T</b>	<b>4T20</b>	<b>A/A</b>
<b>Tipo de Transação</b>					
<b>Empréstimos e Financiamentos</b>	<b>166.556</b>	<b>156.903</b>	<b>6,2%</b>	<b>163.019</b>	<b>2,2%</b>
(+) Contas a Pagar Aquisição de Empresas	-	-	-	-	-
(-) Caixa e Equivalentes de Caixa / Aplicações Financeiras	16.307	16.797	-2,9%	28.603	-43,0%
<b>Dívida Líquida Ajustada Antes dos Recebíveis</b>	<b>150.249</b>	<b>140.106</b>	<b>7,2%</b>	<b>134.416</b>	<b>11,8%</b>
(-) Recebíveis de Cartão de Crédito	1.322	5.330	-75,2%	3.729	-64,5%
<b>Dívida Líquida Consolidada Após os Recebíveis</b>	<b>148.927</b>	<b>134.776</b>	<b>10,5%</b>	<b>130.687</b>	<b>14,0%</b>

Nota 1: Exclui a parcela relativa ao Arrendamento Mercantil (CPC 06 (R2) - IFRS 16).

**NOSSAS LOJAS** – No 1T21 a Saraiva contava com 38 lojas ativas.